

Processo: 8648/2026

Interessado: Fundo Municipal de Educação de Itaberaí-GO.

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios (salgados assados, salgados fritos e panetone com gotas de chocolate), para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação de Itaberaí-GO.

Valor Estimado: R\$ 185.259,30 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos)

PARECER CONTROLE INTERNO

Dos Fatos:

Trata-se de processo encaminhado a esta Controladoria Geral do Município para parecer acerca da contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios (salgados assados, salgados fritos e panetone com gotas de chocolate), para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação de Itaberaí-GO, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo.

A Secretaria Municipal de Educação possui demanda contínua por fornecimento de gêneros alimentícios prontos para consumo, destinados ao atendimento de eventos institucionais, formações continuadas, reuniões técnicas e administrativas realizadas ao longo do ano, sendo que estas atividades são essenciais para o desenvolvimento das ações pedagógicas, planejamento escolar, capacitação de profissionais e articulação entre equipes da rede municipal de ensino. Tais eventos envolvem a participação de servidores, gestores, equipes técnicas e em determinadas ocasiões, atendem grande número de participantes, devido a este cenário é fundamental a disponibilização de alimentação adequada durante a realização dessas atividades, contribuindo para a organização, permanência dos participantes e efetividade das ações desenvolvidas.

É o breve relatório.

Da Fundamentação:

Na qualidade de responsável pela Controladoria Geral do Município de Itaberaí-GO, em conformidade com o previsto no art. 74, inciso II da Constituição da República, Lei



Controladoria Geral

Municipal nº 1.226/2013, e Instrução Normativa 08/2021 do Tribunal de Contas dos Municípios, cabe a esta Controladoria uma atuação na fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Por se tratar, conseqüentemente de realização de despesas no referido procedimento de Licitação, resta configurado a competência do Controle Interno para análise da presente manifestação, o que passaremos a fazer

Em linhas gerais, para que a Administração Pública celebre contrato administrativo com a iniciativa privada, há a necessidade de prévia licitação, a qual foi modernamente consagrada na Constituição Federal, no artigo 37, XXI.

Com tais premissas, depreende-se que a exigência de licitação prévia para as contratações da Administração Pública, em suas diversas modalidades, decorre da presunção constitucional de que este seria o meio hábil a assegurar a maior vantagem possível à Administração Pública, segundo seus princípios norteadores, assegurando assim, de que supremacia do interesse público foi atendida neste certame.

Da Análise Documental:

Foram analisados, conforme a Instrução Normativa do TCM-GO, os documentos exigidos para a formalização e apresentação dos procedimentos licitatórios, constantes dos autos, a saber:

- I. consta autuação do procedimento;
- II. consta Documento de Formalização da Demanda;
- III. consta Estudo Técnico Preliminar 91/2026;
- IV. consta Termo de Referência 122/2026;
- V. consta Pedidos de Compras/Serviços 73818;
- VI. consta Declaração de Dotação Orçamentária;
- VII. consta Mapa de Cotação nº 37534;
- VIII. consta matriz de gerenciamento de riscos;
- IX. consta minuta de contrato



Controladoria Geral

- X. consta Declaração do Departamento de Compras;
- XI. consta o Despacho da Gestora do Fundo Municipal de Educação de Itaberaí-GO, autorizando o procedimento licitatório.

Conclusão:

Ante o exposto, esta Controladoria Geral do Município conclui que o processo se encontra revestido de todas as formalidades legais até o momento, opinando pela sua **REGULARIDADE**, podendo dar prosseguimento às fases posteriores.

Cumprе destacar que esta Controladoria não compete adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos.

Controladoria Geral do Município, 14 de abril de 2026



Eliseu José Braz – Cel R/R
Controlador Geral do Município
Decreto nº 011/2025